

Aprovada por maioria, com
5 abstenções (4 de PS e 1 CDU) 1 e 29
votos a favor (2 CDs, 3 PS, 1 BE, 1 CDU
e 22 PSD).
ACTA 7/2012

-- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e doze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Eleição do Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação; 3) Taxas de Ocupação do Subsolo e abertura de valas - Instalação de redes de gás; 4) Empréstimo a curto prazo - dois mil e treze; 5) Documentos Previsionais para o ano de dois mil e treze; 6) Assunção de Compromissos Plurianuais com início no ano de dois mil e treze; 7) Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e treze; 8) Adequação da estrutura orgânica dos serviços do Município de Mafra; 9) Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a cobrar em dois mil e treze. --
-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Cristina Silvério Raposo Borges, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra à Segunda Secretária da Mesa, Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Presidente da Assembleia Municipal); Américo José Oliveira Peralta (Primeiro Secretário); Ana Rute Júlio Azeiteiro; Aníbal Rolim Ferra; António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira); António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira); António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Martins Salvador de Bastos, que substitui Maria Inês Costa Inácio (Presidente da Freguesia do Sobral da Abelheira); Carlos Alberto André Batalha; Carlos Alberto dos Reis; Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés); Daniel Duarte Marchante; Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); Hugo Manuel Moreira Luís; Ivo Tiago Marques Caracol; João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário); Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira); Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz; José João Lopes Costa; José Lourenço Alves Nascimento, que substitui Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação); Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte, que substitui Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova); Júlio Manuel Lopes; Licínia Correia Batista Quitério; Luís António Duarte Ribeiro Alves; Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Gradil); Manuel Maria Pimenta; Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho; Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo); Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros); Miguel Ângelo da Silva Correia; Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela; Ricardo Nuno da Fonseca Cacheira, que substitui Daniela Filipa Batista Costa; Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça); Sérgio Alberto Marques dos Santos; Teresa Jesus Afonso Alexandre; Tiago Miguel Plácido Nunes; Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro); e, por último, Cristina Lucília Gonçalves Loureiro (Segunda Secretária). Verificaram-se as seguintes ausências: António Manuel Gomes Garcia Branco; Daniela Filipa Batista Costa; Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova); Maria Inês Costa Inácio (Presidente da Freguesia do Sobral da Abelheira); Mário Manuel Costa Pereira; Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação); e Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado) cujas faltas a mesa da Assembleia Municipal deliberou justificar. Verificou-se, ainda, a ausência de Filipe Miguel Martins Estrela Infante; Maria Beatriz Severino Gonçalves, que substituíra António Manuel Gomes Garcia Branco; Maria da Conceição da Silva

Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira); e Renato Alves dos Santos, que substituíra Mário Manuel Costa Pereira, cuja faltas não foram justificadas. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta de que esteve presente numa reunião na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que culminou na assinatura, pelos participantes, do parecer da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mafra: "Faço parte desta comissão como representante eleita por esta Assembleia e, portanto, fui também informada de que se seguirá uma fase de concertação bilateral entre o Executivo e algumas das entidades ouvidas, findo a qual o processo seguirá os seus tramites legais, ou seja, a abertura do período de discussão pública, a divulgação dos resultados dessa mesma discussão pública e da sua ponderação, a elaboração da versão final da proposta para aprovação, a aprovação no Executivo e, posteriormente, a aprovação nesta Assembleia Municipal." -----

-- Foram colocadas à discussão as actas número cinco de dois mil e doze, referente à sessão realizada no dia vinte e sete de Setembro de dois mil e doze, e número seis de dois mil e doze, referente à sessão extraordinária realizada no dia onze de Outubro de dois mil e doze. -----

-- Não se verificaram intervenções, pelo que se prosseguiu com a votação das referidas actas. A acta número cinco de dois mil e doze foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor e uma abstenção do PS, do Senhor Manuel Maria Pimenta. Relativamente à acta número cinco de dois mil e doze, esta foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor e uma abstenção do PS, do Senhor Manuel Maria Pimenta. -----

-- Interveio o Senhor Júlio Lopes para dizer: "como é do conhecimento geral, foi suspenso o financiamento do projecto da Central da Produção de Biogás da Tratolixo, na Abrunheira. Também se sabe que os Presidentes das Câmaras Municipais de Oeiras, Sintra e Mafra apelaram a uma intervenção urgente do Governo para ajudar a resolver os problemas de tratamento de resíduos da Tratolixo. A pergunta que eu venho aqui fazer é a seguinte: o que é que o Senhor Presidente da Câmara tem para nos informar sobre esta matéria?" -----

-- Usando da palavra, o Senhor José João Costa referiu-se ao Estatuto do Direito de Oposição, passando a ler o texto que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO UM". Continuou a sua intervenção, dizendo: "também gostava de saber qual é a situação da Tratolixo". Prosseguiu com a leitura de um texto que se junta a esta acta com a designação de "ANEXO DOIS". -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu: "também estamos curiosos para saber como é que está o processo referente à Tratolixo. Sempre fui muito crítico em relação ao Ecoparque da Abrunheira. De qualquer forma, fomos surpreendidos com esta notícia e gostaríamos de saber o que o Senhor Presidente da Câmara nos tem a dizer sobre a mesma. A Tratolixo é uma empresa intermunicipal e, certamente, terá os seus órgãos competentes para prestar essas informações. Outra questão que aqui me traz é referente à melhoria da qualidade da democracia no nosso Concelho. A democracia precisa de ser permanentemente alimentada. Uma das ferramentas imprescindíveis para uma boa democracia é uma comunicação social eficiente. Desse ponto de vista, não posso deixar de saudar o trabalho de alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente a Rádio do Concelho de Mafra e o jornal «O Ericeira». Quer tragam notícias que sejam do nosso agrado, quer não sejam, a verdade é que tratam da realidade dos debates efectuados aqui nesta Assembleia Municipal e noutros órgãos, nomeadamente na Câmara e nas Juntas de Freguesia. De qualquer forma, quando passo os olhos por outros órgãos de comunicação social, fico intrigado por ver editais da Câmara e até da Assembleia. Fico intrigado porque são órgãos de comunicação social que não dão importância nenhuma a esta Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhora Presidente da Assembleia Municipal: ficaria muito grato se Vossas Excelências nos pudessem dizer quais são os critérios que estão na base das decisões de

encomendar a publicação de editais a determinados órgãos de comunicação social, em detrimento de outros." -----

-- Respondendo ao Senhor Alves Parda, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse: "em que é que baseia a afirmação que acabou de fazer? Ela não corresponde, de todo, à verdade. Não tenho o hábito de contacto directo com os órgãos de comunicação social, muito menos em termos tais que subvertam a ordem pela qual os assuntos devem ser difundidos. Eu envio os documentos aos senhores membros da Assembleia Municipal e eles ficam disponíveis no *link*. A partir daí, o que cada um faz com os mesmos é responsabilidade de cada um e não permito, de maneira nenhuma, a inferência de que é a Presidente da Assembleia Municipal que empreende esse tipo de atitudes." -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Parda disse ainda: "eu não fiz nenhuma inferência. A única coisa que me limitei a fazer foi uma constatação a partir dos editais, com as deliberações desta Assembleia Municipal, que vi publicados nos órgãos de comunicação social." -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal acrescentou: "peço desculpa, mas dirigiu-se especificamente à Assembleia." -----

-- O Senhor Alves Parda disse ainda: "à Assembleia e, nomeadamente, a Vossa Excelência, Senhora Presidente." -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse: "eu prestei-lhe o devido esclarecimento e estou a dar-lhe a minha palavra de honra de que não tomei esse tipo de atitudes." -----

-- Usando novamente da palavra, o Senhor Alves Parda referiu: "aguardemos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu: "penso que esta será a minha última intervenção na Assembleia Municipal, ao fim destes largos anos. Aproveito para me despedir de todos e agradecer a colaboração que tive. Como fiz parte da Comissão de Regimento da Assembleia Municipal, gostaria de relembrar que as deliberações desta Assembleia, bem como as da Câmara, têm que ser publicitadas no órgão de comunicação social regional com o menor período de publicação e com o maior número de tiragem, tal como decorre da Lei. Embora não tenha eventualmente a visibilidade que terá «O Ericeira», o jornal com o menor período de publicação é o «Carrilhão», que mantém a tiragem efectiva há várias dezenas de anos e, para além de ser quinzenal, contém também a maior tiragem certificada pela Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem. Também deveria ser publicitado no Boletim Municipal, caso existisse e não é esse o caso." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Sérgio Santos disse: "quero solicitar informação sobre uma situação que alguns membros do Partido Socialista ouviram na Assembleia de Freguesia de Santo Estêvão das Galés. Foi referido que a Câmara Municipal tinha contactado a Junta de Freguesia para serem desligados alguns postes de iluminação pública, uns sim, outros não. Atendendo que esta é uma freguesia muito rural e que, perante a escassez de transportes públicos, as pessoas têm que fazer os percursos a pé, essa iluminação é fundamental para a sua própria segurança, bem como dos seus bens. Perguntamos ao Senhor Presidente da Câmara se é entendimento desta Câmara desligar alguns postes de iluminação, ou se foi só um mero equívoco do Senhor Presidente da Junta da Freguesia." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse: "desde a última reunião da Assembleia Municipal, quero realçar um conjunto de eventos. Em primeiro lugar, a Mostra Gastronómica da Ericeira «Os Sabores da Raia», que decorreu durante o mês de Outubro, fora da época balnear, tendo contado com a adesão de vários restaurantes. Saliento, ainda, o Programa de Apoio ao Associativismo que neste ano apoiará cinquenta e quatro associações, a nível do desporto, juventude e cultura. Destaco, igualmente, o filme «As Linhas de Wellington», dedicado à temática das Linhas de Torres e das invasões francesas, o qual foi projectado em Mafra, Malveira e Ericeira. Realço, também, o projecto «Movimento é Vida», que promove a prática de exercício físico para os mais idosos, desde mil novecentos e noventa e dois. No dia doze de Novembro, Mafra obteve também um prémio, o

segundo lugar na categoria «Quadro de Excelência», atribuído ao projecto «Olimpíadas da Língua Portuguesa e da Matemática», no âmbito dos «Prémios de Reconhecimento à Educação 2012». Queria colocar umas perguntas ao Executivo: quando é que a obra da requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra estará concluída? Como se encontra a situação dos carrilhões? Está prevista alguma solução complementar de estacionamento para a envolvente do Palácio Nacional de Mafra? Como é que estão a correr os trabalhos de requalificação da praia de Ribeira d'Ilhas? Como é que será processado o processo de concessão? Por último, eu gosto de elogiar e elogio a comunicação social em Mafra, mas não da forma como o CDS/PP o fez, porque considero uma forma um pouco demagoga." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para dizer: "gostaria de formular votos de um bom ano, mas parece-me patético fazer este desejo face à desgraçada época que estamos a viver e com este Governo que nos deixa sem esperança. Apesar disso, desejamos que um raio de esperança sempre nos anime no meio desta tormenta e que haja saúde, força e determinação para alterar o rumo do país". Seguidamente, passou a ler um texto que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----

-- Usando da palavra, o Senhor Daniel Marchante referiu: "aquilo que me traz aqui é, também, o tema da reorganização das freguesias, tema a que me referi nas últimas assembleias. Estranhei que até agora, sobretudo da parte do PSD, não tivesse havido nenhuma referência a tão importante assunto que entristece e se tornou uma derrota total para o nosso Município. É um tempo triste este em que defendemos, através da Assembleia Municipal, a continuação das dezassete freguesias existentes e nada disso veio a acontecer. Havendo por parte da Comissão Técnica, formada por elementos do PSD e do CDS, duas propostas, o interessante é que a proposta B retira mais duas freguesias ao Concelho de Mafra, proposta essa que vem muito de acordo com aquilo que foi a política, a intenção e a vinculação que havia por parte do Executivo mafrense. Na freguesia de Santo Isidoro já se dizia, em Assembleia de Freguesia, que ia ser mais ou menos isto que acabou por ser. O mais grave disto tudo é que, eventualmente, se tivéssemos seguido um parecer que havia da Associação de Freguesias do Município de Mafra, seguramente não teríamos tido a extinção de tantas freguesias. Gostava de saber qual é o sentimento dos Presidentes de Junta que vão ver extinta a sua freguesia. No meu caso, e porque lutei muitos anos para que a Alcaíça fosse freguesia, hoje é realmente com muita tristeza que vemos uma Lei ir para Belém para ser promulgada, na qual Alcaíça se vai juntar à Malveira. Na proposta A, que correspondia à letra da Lei, tanto Alcaíça como Santo Estêvão das Galés estavam como freguesias a manter. Não consigo perceber como é que o actual Presidente da Junta da Freguesia de Santo Estêvão das Galés, Carlos Esteves, que fez aqui loas ao Executivo, consegue agora explicar à sua população que vai perder a freguesia. Sei que o Presidente da minha freguesia lutou bastante para que tal não viesse a acontecer e disso não lhe posso apontar nada porque fez tudo aquilo que era possível, mas infelizmente a realidade é triste. Deixo aqui o meu lamento pessoal quanto a este tema." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz acrescentou ainda: "relativamente a este tema das Juntas de Freguesia, é evidente que a posição do PSD, ao contrário do que foi dito por alguns partidos da oposição na Assembleia Municipal, é muito clara. O mesmo se verificou da parte da Assembleia Municipal, exceptuando o CDS, que teve uma posição na comissão e outra posição na Assembleia. Todos os partidos estiveram ao lado das populações. A posição do PPD/PSD de Mafra foi sempre muito concreta e muito diferente relativamente ao PSD nacional, porque está no terreno, sabendo que a realidade de Mafra é muito diferente da de Lisboa. Sabemos o que é a dispersão geográfica deste Concelho e sabemos a importância da proximidade das Juntas de Freguesia às populações. É evidente que se esgotou um pouco o papel da Assembleia Municipal, mas, ao contrário do que o CDS disse na comunicação social, em que menosprezou aquilo que foi dito na comissão e que foi aprovado por todos, utilizámos o direito de pronúncia para dizer não, mas com

fundamentação. Lamenta-se que a Comissão Técnica tenha ignorado o nosso porquê. Contudo, continuo a subscrever a justificação que foi dada, fruto do trabalho feito na comissão. As Juntas de Freguesia são um órgão autárquico e têm direito de indignação." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu: "face à última intervenção, e ao grave incómodo que as posições do CDS geram, sou obrigado a fazer uma intervenção. O CDS alertou que, do nosso ponto de vista, era necessário estar consciente dos efeitos da Lei. Devia ter havido coragem no sentido desta Assembleia propor um efectivo mapa alternativo, assumindo o ónus perante o eleitorado. Não o fez." -----

-- No uso da palavra, o Senhor Miguel Ângelo Correia disse: "relativamente à questão da reorganização administrativa, penso que, uma vez que foram votadas as duas actas que decorrem das últimas Assembleias, devem ter visto um anexo de seis páginas que correspondeu à minha intervenção. Até proponho modelos alternativos, nomeadamente a transferência imediata das competências para as Juntas feita por patamares, em termos de população e de área. Só assim as pessoas poderiam saber o que é que iam ganhar efectivamente com a agregação. Acho curiosa a posição do PS, que se esqueceu do Memorando de Entendimento que assinou. Passo a ler: «Memorando de Entendimento. Três ponto quatro quatro – reorganizar a estrutura da Administração Local. Existem trezentos e oito municípios e quatro mil duzentas e cinquenta e nove freguesias. Até Julho de dois mil e doze, o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades. O Governo implementará esses planos baseado num acordo com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional.» Não refere aqui a anuência das Juntas. Além disso, sobre esta questão, não vi planos, concretos e alternativos, à excepção da CDU. Aquilo que ouvimos foi: «só aceitamos se as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais concordarem.» Porém, o que assinaram no acordo internacional não foi isso." -----

-- Relativamente às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, referiu: "a Tratólixo é a uma empresa detida por uma associação de quatro municípios – Mafra, Oeiras, Sintra e Cascais – e tem como objectivo tratar os resíduos sólidos urbanos. De facto, a situação financeira é preocupante e os quatro Presidentes de Câmara têm tentado encontrar uma solução para esta situação, não sem antes ter contactado o respectivo Ministério. Alertámos para a importância que tem, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, tratar os resíduos de oitocentos a novecentos mil habitantes. O ecoparque da Abrunheira está praticamente concluído, já se produzindo energia eléctrica, mas ainda falta fazer investimento para concluir o aterro dos inertes e a estação de tratamento de águas provenientes dos lixiviados. Entretanto, a banca, com as dificuldades inerentes ao processo de descapitalização que sofreu, não emprestou mais dinheiro. Esta tem sido a luta dos quatro municípios junto do Sindicato Bancário, liderado pelo BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e BES, o qual exige contrapartidas. Essas contrapartidas passavam por uma solução com a participação do Ministério do Ambiente e a sua co-responsabilização financeira na construção deste ecoparque. Este ecoparque depende só, e exclusivamente, de fundos comunitários e do capital dos próprios municípios, enquanto que a Valorsul, por exemplo, contou também com dinheiro do Estado. Portanto, estamos a tratar os cidadãos de maneira desigual e temos tentado sensibilizar a máquina governativa para esta questão. Na semana passada fizemos uma conferência de imprensa denunciando publicamente esta situação, procurando chamar, mais uma vez, à responsabilidade do Governo e apresentando um plano de revitalização da empresa para contrariar o pedido de insolvência que os bancos fizeram. Temos uma dívida de cento e trinta milhões de euros, mas que é perfeitamente resolúvel desde que o ecoparque da Abrunheira esteja em pleno funcionamento. Quanto à publicação dos editais da Câmara e da Assembleia Municipal, esta é feita em jornal local de tiragem garantida e de acordo com os preços. É feita consulta e os editais são publicados no jornal com melhor preço e

não a quem cede entrevistas. Sobre a iluminação pública, estamos a fazer num projecto de reorganização, cortando aquilo que é supérfluo, pelo que estamos a falar com todas as Juntas. Com os *leds* e os balastros electrónicos, já tínhamos feito uma poupança de quinze a vinte por cento de consumo energético em iluminação pública, que também é paga totalmente pela Câmara, mas depois, com o aumento do IVA para vinte e três por cento sobre o consumo energético, é necessário reforçar a contenção. Temos que racionalizar os meios em função das necessidades, mas sempre com o objectivo de não prejudicar as populações. No que se refere às obras de requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra, estão a decorrer a um ritmo adequado, prevendo-se a sua conclusão em Janeiro. Em Ribeira d'Ilhas, a previsão de conclusão é de Maio. Sobre a concessão dos espaços, tal será feito através de concurso público devidamente publicitado. Já sobre os carrilhões, não tenho informações. O que sei é que estão a ser elaborados os cadernos de encargos para a execução de um concurso, não tendo conhecimento se tem ou não financiamento garantido.” -----

-- Não se verificando mais intervenções, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do **primeiro ponto** denominado “**Informação do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira**”. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse nada mais ter a acrescentar. ----

-- Iniciou-se o **segundo ponto** denominado: “**Eleição do Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação**”. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu: “a sua necessidade prende-se com a renúncia do Senhor José Quintã ao cargo de Presidente de Junta da Freguesia do Sobral da Abelheira. Tratando-se de uma eleição que é pessoal, iremos proceder à mesma por escrutínio secreto.” -----

-- Interveio o Senhor Hugo Moreira Luís para ler a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/ PSD, designando o Senhor Luís Filipe de Almeida Cordeiro como candidato. Junta-se a esta acta a referida proposta com a designação de “ANEXO QUATRO”. -----

-- Não se verificando mais inscrições, procedeu-se à votação em escrutínio secreto. A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, oito votos contra e três abstenções, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Gradil, em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do número um do artigo quinto do Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de Janeiro, na redacção dada pela Lei número quarenta e um/dois mil e três, de vinte e dois de Agosto. -----

-- Foi introduzido o **ponto número três** designado: “**Taxas de Ocupação do Subsolo e de abertura de valas – Instalação de redes de gás**”. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu: “gostaria de passar a palavra ao Vereador José António Parente para prestar os devidos esclarecimentos. Queria dar nota à Assembleia Municipal que estão em curso negociações com o Ministério da Defesa para ser construído um parque de estacionamento, com cerca de cinco mil metros quadrados, junto à Casa do Risco. Este parque teria capacidade para cento e sessenta e sete viaturas, dos quais quarenta e dois para os militares e cento e vinte e cinco para a população civil.” -----

-- O Senhor Vereador José António Parente esclareceu: “constatando que tem havido, nos últimos tempos, alguma dificuldade na cobrança destas taxas, fruto de uma disparidade existente na aplicação nos vários municípios que integram a Amagás, entendeu-se que deveria haver actualização e uniformização, tanto ao nível dos critérios de designação das taxas, como ao nível dos valores da aplicabilidade das mesmas. Assim, propõe-se a aprovação desta uniformização dos preços e das designações, como a ocupação do domínio público/ privado, que chamamos ocupação do subsolo, e também para as obras executadas na via pública, que designamos por abertura de valas. Esta tentativa é gradual, ao longo de três anos porque há, como disse, uma grande disparidade.” -----

-- Não se verificaram intervenções, pelo que se prosseguiu com a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD e dois da CDU) e dez abstenções (duas do CDS/PP, sete do PS e um do BE), aprovar as Taxas de Ocupação do Subsolo e de Abertura de Valas – Instalação de Redes de Gás, conforme respectivo projecto publicado, através do Aviso número catorze mil oitocentos e noventa e nove/dois mil e doze, inserto no Diário da República, segunda série, número duzentos e catorze, de seis de Novembro. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou: "a troca do ponto quatro com o ponto cinco. O ponto quatro fará sentido depois da discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e treze." -----

-- O pedido para troca destes pontos foi aceite. -----

-- Neste sentido, deu-se sequência ao **quinto ponto** denominado: **"Documentos Previsionais para o ano de dois mil e treze"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu: "*«A adversidade desperta em nós capacidades que, em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas»*". Sob os auspícios do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro acordado pelo Governo Português com a *troika*, o Município de Mafra vê-se confrontado com uma realidade que, mais do que exigente, é profundamente antagónica: por um lado, a continuada redução das transferências devidas por parte da Administração Central e das receitas próprias arrecadadas; por outro lado, a imperiosa necessidade de estimular a economia local e de reforçar o apoio urgente aos municípios, atendendo à quebra generalizada dos rendimentos das famílias. Perante a dicotomia deste cenário, a elaboração do "Orçamento e Grandes Opções do Plano" para dois mil e treze fica marcada por um conjunto de premissas estratégicas, assumidas de modo responsável, consciente e realista: planeamento rigoroso, optimização dos recursos e selectividade no investimento – metodologia primordial para preservar as perspectivas financeiras futuras do Município de Mafra. Aliás, tais premissas são compreensíveis à luz da evidente mudança de paradigma da gestão municipal, ou seja, a infra-estruturação deu lugar à valorização dos territórios, o que pressupõe uma intervenção cada vez mais alargada no seu perímetro de actuação e, também, cada vez mais complexa na implementação de políticas descentralizadas de coesão. Ora, criadas que estão as principais infra-estruturas que promovem o desenvolvimento sustentado e a atractividade do Concelho de Mafra – confirmada pelo crescimento populacional de mais de quarenta por cento registado no último censo – importa assegurar a qualidade do funcionamento destes equipamentos, mas também apostar criteriosamente em projectos estruturantes para a dinamização da economia local. Do lado da receita, em dois mil e treze perspectiva-se que a maior redução, em termos absolutos, incida nos impostos directos, fruto da situação de abrandamento da actividade da maioria dos agentes. Percentualmente, destaca-se a diminuição ao nível da rubrica referente às taxas, a qual se deve, em muito, a uma opção consciente: a isenção temporária do pagamento de taxas associadas à construção de obras particulares, visando estimular a economia local. Do lado da despesa, prossegue o esforço generalizado de contenção. No que concerne especificamente às despesas correntes, a redução é mais acentuada na aquisição de bens e serviços, pese embora as alterações relativas aos subsídios de férias e de Natal, previstas no Orçamento de Estado para dois mil e treze, se repercutam no acréscimo dos custos referentes ao pessoal face ao ano anterior. Observando as Grandes Opções do Plano, as funções sociais representam cerca de sessenta por cento do total das dotações previstas, reflexo da necessidade de garantir o indispensável apoio aos cidadãos. Ao mesmo tempo, salienta-se o crescimento de cerca de trinta por cento ao nível das funções económicas, incrementando o investimento municipal em projectos comparticipados por fundos nacionais ou comunitários, entre os quais a conclusão do arranjo urbanístico da envolvente do Palácio Nacional de Mafra e a requalificação da praia de Ribeira d'Ilhas, entendidos como promotores da revitalização e projecção do tecido turístico-económico concelhio. A concretização

destas realizações só é possível com o empenho colectivo, em particular os membros dos órgãos autárquicos e os trabalhadores municipais, formando uma verdadeira equipa de trabalho dedicada à nobre missão de servir o Concelho de Mafra!" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, para dar umas notas breves sobre a peça em discussão. -----

-- O Senhor Vice-Presidente esclareceu: "este orçamento, tal como é apresentado, foi elaborado numa perspectiva de grande dificuldade. Como notas mais relevantes deste documento, salientaria as seguintes: avaliação rigorosa das orientações de contenção; manutenção de regras de equilíbrio orçamental exigível; um maior esforço na redução da despesa corrente; conclusão de obras comparticipadas no âmbito do QREN; redução do passivo global, mantendo a funcionalidade da estrutura existente, salientando o aspecto de termos conseguido a redução do passivo do Município em cerca de seis milhões de euros, até ao momento. Por outro lado, assegurar o apoio financeiro no âmbito dos protocolos com as várias entidades. Posso adiantar-vos, relativamente à execução orçamental de dois mil e doze, que temos uma receita corrente já executada de noventa e oito vírgula cinco por cento. O total da despesa corrente corresponde a oitenta e dois vírgula quarenta e cinco por cento, o que quer dizer que, neste momento, temos uma receita já arrecadada de quarenta e três milhões oitocentos e vinte e um mil euros e uma despesa efectuada de trinta e cinco milhões cento e cinquenta e um mil euros. No âmbito de capital, cinco milhões setecentos e setenta e sete mil euros de receita de capital e dezasseis milhões setecentos e trinta e seis de despesas de capital, correspondendo o total da despesa a setenta e seis por cento. O orçamento de dois mil e treze tem o valor total de sessenta e dois milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta euros, pelo que é inferior ao orçamento deste ano. O saldo corrente da receita, que financia as despesas de capital, tem o valor de um ponto quatro milhões de euros. Comparativamente ao orçamento de dois mil e doze, verifica-se uma redução em cerca de setecentos e noventa e sete mil euros, um vírgula vinte e cinco por cento, provocado, nomeadamente, por outras receitas, no valor de quatrocentos e sete mil euros, que resultou essencialmente de emissão de IVA devido pelo adquirente, taxas, multas e outras penalidades, no valor de quatrocentos e onze mil euros também resultante da emissão de tarifas de resíduos sólidos, bem como da isenção de taxas de emissão de licenças de construção. Na despesa, ainda temos outra redução que são os juros e outros encargos, no valor de oitenta mil euros, provocada pela descida de taxas de juro, assim como o término de alguns empréstimos. Na aquisição de bens de capital, há uma redução de cerca de dois ponto três milhões de euros, dez ponto vinte e oito por cento, devido a uma maior racionalização do investimento. Podemos destacar, ainda, que se mantêm, nas funções gerais, todos os apoios que temos vindo a prestar às Associações Humanitárias do Concelho de Mafra. Por outro lado, em termos de funções sociais, é este o valor mais pesado do orçamento deste ano: rendas de edifícios escolares – quatro milhões quinhentos e noventa e dois mil euros; fornecimento de refeições – um milhão setecentos e cinquenta e sete mil euros; transportes escolares – um milhão, duzentos e setenta mil euros; actividades de enriquecimento curricular – setecentos e vinte e oito mil euros; requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra – um milhão seiscentos e noventa e cinco mil euros; requalificação urbana em diversas freguesias – dois milhões e oitenta e cinco mil euros; recolha e tratamento de efluentes – dois milhões e quinhentos mil euros; resíduos sólidos – dois milhões e vinte e quatro mil euros; remodelação de redes de água – um milhão e setenta e dois mil euros; manutenção de jardins e espaços verdes – um milhão e cem mil euros; recolha selectiva – um milhão duzentos e vinte mil euros. Nas funções económicas, destaco a requalificação da praia de Ribeira d'Ilhas com quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil euros. As «Outras funções» referem-se às amortizações dos empréstimos e às transferências para apoio a actividades de investimento das Juntas de Freguesia -

um milhão e trezentos mil euros; e o reembolso que se vai iniciar do valor devido à Mafratlântico. Vamos iniciar este ano esse reembolso, uma vez que foi aprovado, pela Assembleia Geral da Mafratlântico, que se pudesse prorrogar por mais um ano, até ao final de dois mil e treze, a liquidação desta empresa. Nas funções sociais houve uma redução de cinco ponto oitenta e cinco, mas que deriva da conclusão dos edifícios escolares, cujas contas têm vindo a ser, entretanto, encerradas. Como conclusão deste documento, diria que Portugal atravessa um momento difícil da sua história, como todos sabem. Os desequilíbrios acumulados ao longo de décadas impõem um ajustamento muito exigente e que se prende com uma grande persistência por parte de todos os agentes. O ano de dois mil e doze tem sido marcado pela construção do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo Programa de Assistência Económico-financeira. Diversos constrangimentos têm sido colocados à gestão autárquica, indirectamente na vida municipal e, em particular destaque, para a redução das transferências da Administração Central, bem como o aumento de descontos com encargos com pessoal, IVA e agora, ultimamente, com as comissões de cobrança, com reflexos imediatos nas despesas correntes, condições de bens e serviços e no próprio investimento. Ainda assim, e neste contexto de exercício de grande dificuldade, apresenta-se um documento que não é o mais desejável para todos nós, temos a certeza disso, mas sim o mais consentâneo com o momento actual, traduzindo uma prática de seriedade." -----

-- Interveio o Senhor Sérgio Santos para dizer: "gostaríamos de fazer aqui algumas perguntas para ficarmos mais elucidados sobre o orçamento. Este orçamento tem como base a redução do IMI, que será aprovada ou não nesta Assembleia, mas que já foi aprovada em Reunião de Câmara? De qualquer forma, se foi feito com essa base, que deveria ter sido, neste orçamento a rubrica dos impostos indirectos ainda sobe, mesmo com a redução do IMI, na ordem dos oitocentos e cinquenta e três mil seiscientos e vinte euros. Relativamente à ocupação da via pública, em dois mil e doze o orçamento previa trinta e três mil e oitocentos euros, mas para dois mil e treze prevê-se seiscientos e cinco mil seiscientos e vinte euros, ou seja, um aumento de quinhentos e setenta e um mil oitocentos e vinte euros. A que é que se deve este aumento tão significativo? Também há aqui um outro aumento, não tão significativo, mas que sabemos que é da transição da publicidade das Juntas de Freguesia para a Câmara Municipal, que no ano de dois mil e doze teria um valor de quatro mil oitocentos e quarenta e cinco euros e para o ano de dois mil e treze prevê noventa e seis mil quinhentos e quarenta euros, portanto também há um aumento de noventa e um mil euros, sensivelmente. Pergunto também ao Executivo se prevê dar algum tipo de compensação às Juntas de Freguesia para a perda desta receita. Por último, porque não queremos que a Polícia Municipal só passe contra-ordenações, perguntamos: a que se deve um aumento de cerca de quarenta mil euros nas coimas e contra-ordenações?". -----

-- Usando da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu: "relativamente a este orçamento, verifica-se que, na linha do ano passado, é um orçamento de contenção. No que diz respeito às receitas, mais uma vez vem aqui a venda de bens e serviços com uma dimensão de cerca de sete milhões de euros. Há alguma estimativa relativamente a essa venda? Eu sei que o Executivo não quer vender a qualquer preço bens que considera de determinado valor. Também é feita referência à concessão de distribuição energética à Giatul. Gostaria de saber como está esse processo. Relativamente às despesas, vejo aqui a dimensão das despesas do pessoal, mas isto também se deve aos compromissos com a Educação. As funções sociais continuam a ser um dos principais objectivos. Nestas funções sociais, é evidente que há aqui um compromisso que também foi feito pelo PSD há alguns anos com a população, relativamente ao parque escolar e que foi um *project finance* que ia sendo amortizado ao longo dos anos. Consideramos que um dos projectos de maior relevância para o próximo ano, em termos turísticos, é não só a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra, mas também a requalificação da praia de Ribeira d'Ilhas, que tem aqui um montante de cerca de

quatro vírgula três milhões de euros. Parece que também se mantém um bom nível em termos da recuperação e beneficiação de diversas estradas e caminhos. Por outro lado, constato que, devido às taxas de juro, vamos usufruir de uma diminuição em termos dos encargos financeiros, a aquisição de bens e capitais é menor e as transferências do Estado, a nível do FEF e do Fundo Social Municipal, também diminuem ligeiramente, o que afecta este orçamento. No PPD/PSD, com certeza que gostaríamos de fazer mais, mas, em termos de responsabilidade, este orçamento, na linha do orçamento do ano passado, mantém Mafra com responsabilidade financeira perante os seus compromissos e obras realizadas. Neste sentido, o PPD/PSD votará favoravelmente a este orçamento para dois mil e treze." -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio para esclarecer: "sobre o valor da rubrica do IMI, o que figura é a média dos últimos vinte e quatro meses, apurada de acordo com a Lei. Portanto, a alteração da taxa, entretanto proposta, não se reflecte neste documento. Além disso, não sabemos, ao longo do ano, qual é o montante real que é apurado. Recordo que este documento começa a ser elaborado muito cedo, no mês de Outubro, e é nessa data que fazemos as médias ponderadas para podermos indicar no orçamento que vos é apresentado agora. Relativamente à rubrica referente à ocupação da via pública, a previsão decorre do cálculo da média arrecada a partir das taxas do ano passado. Sobre as Juntas de Freguesia, devo dizer que não há qualquer alteração nos montantes previstos no âmbito dos protocolos celebrados, o que quer dizer que mantivemos os nossos compromissos. Transmito uma palavra de apreço e também de gratidão pelo empenho dos Presidentes de Junta e de todas as suas equipas, que têm sabido corresponder às tarefas que lhe são cometidas. Sobre as despesas com pessoal, há aqui um aumento efectivo, resultante do pagamento dos subsídios. No que se refere à alienação de activos, entendemos que não vale a pena vender ao desbarato, enquanto pudermos assegurar o equilíbrio do orçamento municipal. No que diz respeito ao reembolso da Mafratlântico, eu diria que esta é a primeira fase. Estima-se que, no final de dois mil e treze, seja encerrada a empresa e aí a Câmara, solidariamente, pode verificar qual é o valor final apurado. Está definido o valor de seis milhões de euros, mas precisamos saber neste momento, da parte das Estradas de Portugal, qual é o valor que ainda nos têm que retribuir, em função das negociações que estão a decorrer". -----

-- Não houve mais intervenções, pelo que se procedeu à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e doze abstenções (sete do PS, dois da CDU, um do BE e dois do CDS/PP), aprovar a proposta dos Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e treze, cujo valor total é de sessenta e dois milhões novecentos e trinta e um mil seiscentos e oitenta euros, correspondendo as Grandes Opções do Plano a quarenta milhões trezentos e noventa mil setecentos e sessenta euros, sendo do Plano Plurianual de Investimentos vinte e dois milhões duzentos e oitenta e três mil e seiscentos e dez euros e do Plano de Actividades Municipal o valor de dezoito milhões cento e sete mil e cento e cinquenta euros. -----

-- Foi introduzido o **quarto ponto** designado: "**Empréstimos a curto prazo – dois mil e treze**". -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal referiu: "este assunto já não é novo, tendo sido trazido no ano passado a esta Assembleia. Na altura, reportando a acta cinco de dois mil e onze, de vinte e oito de Dezembro, o Senhor Vice-Presidente referia que iria ser introduzido, pela primeira vez, um pedido de empréstimo de curto prazo, enquanto medida cautelar. Verificamos que este pedido de empréstimo, segundo as informações próprias que o Executivo nos fez chegar, deve ser amortizado, porque se não for amortizado até trinta e um de Dezembro deixa de ser dívida flutuante e passa a ser dívida fundada. No ano passado, o CDS não votou a favor deste empréstimo a curto prazo. Vemos este empréstimo, nesta altura, como uma medida que, de alguma forma, veio anular o efeito útil de uma



baixa de IMI, a qual se traduz numa vantagem evidente para o contribuinte. Pelo contrário, este empréstimo de curto prazo pode transformar-se, mais tarde, em dívida fundada. No futuro, é uma espada de Dâmocles contra o contribuinte, principalmente neste ano de eleições. Por conseguinte, o CDS/PP vai votar contra a concessão deste empréstimo a curto prazo. É uma carta em branco que não estamos dispostos a subscrever.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo: “os meses de Janeiro e Fevereiro são meses de receita reduzida, mas a Câmara continua a ter os seus compromissos. Anteriormente, a legislação permitia-nos que, até ao dia oito do mês de Janeiro de todos os anos, pedíssemos a antecipação de dez por cento do Fundo Geral Municipal, que depois seria descontado todos os meses. Entretanto, a legislação que suprimiu essa facilidade de antecipação dos duodécimos permite agora aos municípios que antecipem receita para fazer face às despesas inerentes aos três primeiros meses do ano. Estamos obrigados a repor, até trinta e um de Dezembro de dois mil e treze, o empréstimo a curto prazo. Portanto, trata-se de uma prerrogativa perfeitamente legal”. -----

-- Não foram efectuadas mais intervenções, pelo que se passou à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD, dois votos contra do CDS/PP e dez abstenções (sete do PS, duas da CDU e uma do BE), autorizar a contracção de um ou mais empréstimos de curto prazo, durante o ano de dois mil e treze, até ao montante de dois milhões e duzentos mil euros, concedendo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para efectuar a negociação e outorga dos mesmos. -----

-- Prosseguiu-se com o **ponto número seis** denominado: “**Assunção de Compromissos Plurianuais com início no ano de dois mil e treze**”. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “estes compromissos para dois mil e treze já estão assumidos nas Grandes Opções do Plano. No entanto, o legislador obriga-nos a solicitar uma autorização específica da Assembleia Municipal.” -----

-- Ninguém interveio sobre este ponto, pelo que se procedeu à votação do mesmo. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e doze abstenções (sete do PS, duas da CDU, uma do BE e duas do CDS/PP): emitir autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais efectuados ou a efectuar desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano ou em alterações orçamentais a aprovar pelo Executivo Municipal até trinta e um de Dezembro de dois mil e treze, bem como os demais constantes da listagem apresentada; delegar na Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no respectivo Presidente, nos termos da lei geral, a aprovação quanto à assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública. Tomou, ainda, conhecimento que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da presente autorização prévia. -----

-- Deu-se sequência à Ordem de Trabalhos com o **ponto sete** denominado: “**Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e treze**”. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu: “a Câmara Municipal tem novecentos e setenta e sete lugares ocupados, previstos mais onze, nove cativos e novecentos e noventa e sete existentes. É no dia um de Janeiro que começamos o nosso ano civil com este quadro de pessoal, em cumprimento da legislação em vigor.” -----

-- Não houve inscrições. Passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, sete do PS, dois da CDU e um do BE) e duas abstenções do CDS/PP, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e treze, nos termos das disposições conjugadas na alínea o) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito

de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro e da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de Setembro. -----

-- Passou-se ao **oitavo ponto** sobre: "**Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Mafra**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu: "não posso deixar de dizer que esta alteração constitui uma intromissão directa da Administração Central no funcionamento das Câmaras Municipais. No caso de Mafra, a redução é pequena, mas estes quadros permanecem na Câmara, exceptuando os requisitados. Portanto, a contenção de despesas apenas se verifica, grosso modo, ao nível das despesas de representação. Assim, a Câmara Municipal limitou-se a cumprir escrupulosamente aquilo que a Lei obrigava e a adaptar o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra (ROSMEC) às novas funções. Vamos ficar com três departamentos – o Departamento Administrativo-Financeiro, Departamento Sociocultural e Departamento de Urbanismo e Obras Municipais – e com dez divisões – a Divisão de Segurança, onde está incluída a Polícia Municipal e a Protecção Civil, a Divisão de Comunicação, Informática e Modernização Administrativa, a Divisão de Administração Geral, a Divisão de Gestão Financeira, a Divisão de Recursos Humanos, a Divisão Jurídica, a Divisão de Educação, Juventude e Acção Social, a Divisão de Desporto, Cultura e Turismo, a Divisão de Equipamentos e Edifícios e a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística. A legislação permite, no ponto sete do artigo vigésimo quinto, que se suspenda a entrada em vigor deste organograma e até terminarem as comissões de serviço dos dirigentes. Portanto, solicita-se à Assembleia Municipal a aprovação do novo organograma, com a redução que a Lei impõe, do novo ROSMEC com a readaptação das funções e a ratificação de três meses de despesas de representação aos Directores de Departamento e Chefes de Divisão". -----

-- Não se verificaram inscrições para este ponto, procedendo-se à votação do mesmo. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD e dois da CDU) e dez abstenções (sete do PS, duas do CDS/PP e uma do BE) aprovar: a adequação da estrutura nuclear e definição do número máximo de unidades flexíveis, mantendo o modelo de estrutura hierarquizada e o número máximo de dezassete subunidades orgânicas; a suspensão dos efeitos das alterações decorrentes da presente adequação orgânica, com a consequente manutenção, até ao final, dos períodos de comissões de serviço de todos os dirigentes actualmente em funções nos diversos serviços da Câmara Municipal e que também se encontravam nessa situação, à data da entrada em vigor da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de Agosto; a atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direcção intermédia de primeiro e segundo grau da Câmara Municipal de Mafra, nos montantes fixados conforme previsão do número um, do artigo vigésimo quarto, da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de Agosto, e, consequentemente, ratificar os correspondentes abonos já efectuados aos dirigentes, actualmente, em exercício de funções, desde a data da entrada em vigor da lei em apreço". -----

-- Foi introduzido o **nono ponto** denominado: "**Imposto Municipal sobre imóveis – Taxas a cobrar em dois mil e treze**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu: "a Lei determina que todos os municípios têm até trinta de Novembro que apresentar, na Direcção Geral das Finanças, as suas taxas de IMI e derrama. Normalmente, tal é aprovado na reunião de Setembro da Assembleia Municipal, o que sucedeu. Desde então, tem prosseguido o processo de actualização do valor patrimonial dos imóveis que não tinham sido alvo de qualquer transacção posteriormente a dois mil e quatro, actualmente em curso, sob coordenação da Autoridade Tributária. Em Setembro, tínhamos cerca de seis a sete mil prédios avaliados com todo o critério e cuidado, com o apoio das equipas disponibilizadas pela Câmara Municipal. Eis que as Finanças emitiram uma circular interna para até trinta e um de Dezembro ter o

máximo de produtividade. Neste momento, estão avaliados cerca de vinte e seis mil prédios urbanos, dos quais doze mil estão criteriosamente avaliados, em termos de áreas, e os restantes foram avaliados pelos peritos das Finanças, a partir das cadernetas, o que conduziu a aumentos muito elevados. A verdade é que, independentemente da justiça na aplicação da fórmula, os proprietários estiveram bastante tempo sem que os prédios sofressem nenhuma avaliação e esta actualização é realizada num momento de dificuldade socioeconómica generalizada. Assim, perante esta informação – que não estava disponível à data de Setembro – e atendendo ainda aos resultados positivos das medidas de contenção de custos implementadas pela Autarquia, estamos em condições de reanalisar a proposta de taxa de IMI a cobrar em dois mil e treze, sem demagogias, mas sim com base em dados concretos e efectivos, apurados após quatro meses. Este é o sinal que queremos dar, de justiça e de equilíbrio.” -----

-- O Senhor Sérgio Santos referiu: “a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente a redução do IMI de zero vírgula cinco para zero vírgula três. Como diz o povo, a verdade tarda, mas não falha. Considerando que esta proposta que nos foi enviada contém cinco parágrafos com a palavra «considerando», considera então o Partido Socialista que uma proposta vinda do Executivo tinha que conter uma real descrição dos valores, aqueles que o Senhor Presidente agora aqui apresentou e não só a palavra «considerando». Nós, na última Assembleia Municipal, não tínhamos os dados necessários para podermos fazer as contas e chegámos a conclusões certas e justas. Agora, era bom que também pudéssemos chegar. Simplesmente, ficamos só pelas palavras «considerando». Mas, voltando atrás, ao dia vinte e sete de Setembro de dois mil e doze, o PS utiliza o mesmo pedido de esclarecimento à bancada do Partido Social Democrata que o Senhor Miguel Ângelo veio aqui ler. O pedido de esclarecimento, que nós vamos devolver ao Senhor Miguel Ângelo e à bancada do Partido Social Democrata, dizia o seguinte: «Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que dirija à Bancada do Partido Socialista – eu dirijo agora à bancada do Partido Social Democrata –, um pedido de esclarecimento, relacionado com os pontos doze, treze e catorze – neste caso o ponto nove – da presente Ordem de Trabalhos, economizando assim tempo a esta Assembleia. A aplicação da taxa do IMI de zero vírgula cinco por cento para zero vírgula três por cento para prédios urbanos avaliados. A formulação desta proposta, pelos valores precisos de redução, e até pela forma cuidada como foram apresentados publicamente, deixam-nos convictos que estas não surgem de um mero acto eleitoralista, de procurar aproveitar o actual clima económico e de dificuldades que se vivem, mas que são o resultado de uma reflexão ponderada da defesa dos interesses dos munícipes, tendo sido avaliados os impactos destas mesmas medidas, no orçamento da Câmara Municipal de Mafra e no dos seus munícipes, neste caso particular das famílias. Assim, e para dar forma e consistência à credibilidade das propostas apresentadas publicamente, vimos por este meio solicitar os seguintes esclarecimentos adicionais: Um - Qual o montante – o Senhor Presidente já disse, mas deixo aqui para a bancada do Partido Social Democrata responder – da redução da receita prevista no orçamento municipal do decorrente deste conjunto de medidas? Dois - Estão previstas medidas suplementares do lado da receita para suprimir a redução da proposta? Se “sim”, quais? Se “não”, quais as rubricas de despesa do orçamento a que serão afectadas ou suprimidas para colmatar a correspondente quebra de receitas proposta? Três - E mais importante, qual é o valor estimado do impacto da medida proposta no orçamento anual de cada pessoa, particular ou família?». Certo que estas medidas propostas pelo PSD foram alvo de imprescindível e rigorosa análise do impacto financeiro das mesmas, de forma séria, aguardamos pelo esclarecimento das dúvidas apresentadas.” -----

-- Interveio o Senhor Miguel Ângelo para dizer: “começo por referir que o custo ao contribuinte fica em setenta e cinco euros, decorrente do Orçamento de Estado, que pode ir até noventa e cinco euros. De qualquer forma, para baixar para os setenta e cinco euros e não para os noventa e cinco, as pessoas têm que fazer

prova de atestado de pobreza e de deficiente condição económica. Como foi dito na altura pelo Senhor Presidente da Câmara, e hoje novamente repetido, os dados são realmente importantes de clarificar, por isso noto a diferença: hoje já se apresentaram dados e da outra vez não apresentaram. Recordo também que a proposta do PS era tão bondosa que até previa isenção de taxa aplicada aos prédios rústicos, que nem sequer é competência da Câmara. Estava tão bem preparada que até propunha que a Câmara deliberasse sobre coisas que não eram da sua competência. Calculo que foi um lapso de preparação. Para além disso, aquilo que me preocupa, e não vi aqui essa preocupação explanada pelo PS, é que o Senhor Presidente da Câmara acaba de dizer aqui uma coisa que é muito importante para todos nós: a justiça fiscal. Isso, o PS não se preocupou. Em vez de ver quem é que chega primeiro à meta, devemos falar de justiça fiscal, nomeadamente quanto ao processo de avaliação dos imóveis. A pergunta que eu faço ao Executivo é: tendo treze mil prédios avaliados pelos serviços municipais, com o esforço que isso representa, vai continuar com as equipas em funcionamento para que os outros dezasseis mil prédios sejam também correctamente reavaliados? Temos que garantir que aos trinta mil proprietários de prédios é dado o mesmo tratamento e não treze mil verificados em rigor e dezasseis mil dentro de uma repartição de finanças. Para além deste ponto, o PS pergunta como vai ser compensada a perda de receita com esta redução do IMI. O Senhor Presidente da Câmara referiu o eventual prejuízo de um milhão de euros. Portanto, a pergunta que o PS faz é: como é que a Câmara vai acomodar este milhão? Esse milhão é colmatado pelos prédios que deixam de estar isentos, mas recordo que a Câmara pediu aos serviços para que eles próprios apresentem um plano adicional de contenção. Em conclusão, acho que respondi às questões, contrariamente ao que aconteceu com o PS da última vez." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Alves Pardal disse: "no dia vinte de Dezembro, é publicada, num jornal nacional especializado em questões económicas, uma notícia sobre o IMI. No mapa do nosso país, o Município de Mafra pratica as taxas mais elevadas. Curiosamente, nesse mesmo dia, reúne-se o Executivo Municipal e faz uma proposta no sentido de reduzir o IMI. Acredito na boa-fé das pessoas. Acredito que este processo tenha, de alguma forma, obrigado a uma reflexão por parte do Executivo Camarário e congratulo-me com isso. Devemos preocupar-nos com quem vive e trabalha no nosso Concelho. É muito bem-vinda a redução do IMI, pelo que nós vamos votar a favor." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda: "as equipas da Câmara vão continuar a colaborar com as Finanças neste processo de avaliação, prevendo-se que o mesmo fique concluído até dois mil e treze. Este trabalho é moroso devido à antiguidade dos processos, implicando a convocatória do munícipe de modo a que se dirija à Câmara ou à Junta para identificar o prédio. De qualquer modo, foi acordado com o Chefe das Finanças que ele nos iria dar todas as avaliações feitas, de modo a ser feita uma reavaliação para corrigir eventuais assimetrias entre a realidade e aquilo que foi calculado. No que diz respeito ao plano de contenção de custos desenvolvido pela Câmara Municipal, convoquei os Directores de Departamento para que em cada um dos departamentos me apresentem medidas adicionais de racionalização da despesa para fazer face às receitas que não vão acontecer da forma como estava inicialmente pensado." -----

-- Não se verificaram mais intervenções pelo que se procedeu à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e nove votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, sete do PS, dois do CDS/PP, dois da CDU e um do BE), nos termos conjugados da alínea f) do n.º dois, do artigo cinquenta e três da Lei n.º cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e da alínea c) do n.º um e n.º cinco, ambos, do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º duzentos e oitenta e sete/dois mil e três, de doze de Novembro, na sua redacção actual, a cobrança em dois mil e treze, a aplicar a todas as freguesias

do concelho, para os Prédios Urbanos Avaliados, de uma taxa de zero vírgula três por cento, em sede do Imposto Municipal sobre Imóveis, ficando, consequentemente, alterada a anterior deliberação, de vinte e sete de Setembro último, deste órgão deliberativo, que estabelecia essa mesma taxa no montante de zero vírgula cinco por cento. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. -----

-- Interveio o Senhor Presidente da Associação de Dadores de Sangue do Concelho de Mafra, José António Bento, para dizer: "em nome da Associação de Dadores de Sangue de Mafra, nós gostaríamos de partilhar convosco aquilo que foram alguns momentos altos da vida da nossa associação, ao longo destes vinte anos. Foi em mil novecentos e noventa e dois, e graças ao encontro com o Senhor Comendador Joaquim Moreira Alves, Presidente da Federação de Dadores, que fomos por ele convidados a criar em Mafra uma associação de dadores de sangue. Na primeira reunião sob a orientação do referido dirigente, começámos por definir os objectivos e as primeiras acções a realizar. Contactámos o Instituto Português do Sangue (IPS) e assim demos início às colheitas. Moreira Alves disponibilizou-se para passar connosco um fim-de-semana, com o objectivo de fazer acções de sensibilização em todas as missas e ensinar-nos a dirigirmo-nos ao público. Foi a nossa primeira aprendizagem! Em mil novecentos e noventa e três, no dia dezasseis de Maio, no Auditório Municipal Beatriz Costa, tivemos a nossa festa de tomada de posse dos primeiros Órgãos Sociais, confirmada com a presença dos Senhores Presidentes da FAS, Joaquim Moreira Alves, e do IPS, Doutor Almeida Gonçalves. Na nossa primeira reunião como associação traçámos os grandes objectivos e definimos prioridades. A primeira das quais foi a de criar núcleos em todas as freguesias do Concelho de Mafra e promover colheitas regulares em todas as freguesias do Concelho. Todo este caminho demorou cinco anos a ser percorrido. Em mil novecentos e noventa e oito, realizámos em Mafra o convívio nacional internacional de dadores de sangue, com cerca de quatro mil participantes. Também no dia do convívio foi inaugurada a nossa sede, espaço cedido pela Câmara Municipal de Mafra. Nesse mesmo ano, foi-nos concedido um subsídio por parte do IPS, para aquisição da nossa carrinha, que muito útil tem sido. Queremos lembrar que, para o êxito desta primeira fase do nosso projecto, contribuíram, e muito, as Juntas de Freguesia, a Igreja Católica e a Evangélica na divulgação das nossas colheitas, assim como permitindo acções de sensibilização nos actos de culto. Concluído o nosso primeiro objectivo, programámos colheitas em todas as escolas básicas dos segundos e terceiros ciclos e secundária de Mafra. Para o sucesso destas acções, muito contribuiu o apoio do IPS, através do Doutor Luís Negrão, que partilhou connosco o seu saber e a sua experiência. Campanha do Oeste – O Presidente da FAS teve a feliz iniciativa de se pôr em marcha este projecto que se destinava a abranger todo o Oeste, o qual só não deu frutos maiores e mais rápidos, por falta de apoio do IPS. Acções realizadas pela Associação de Mafra, fora do Concelho, no âmbito deste projecto: Ajudámos a nascer os núcleos de Caneças, Famões e Ramada (Concelho de Odivelas) e apoiamo-los durante três anos, passando estes, a partir de então, a trabalhar directamente com o IPS; apoiámos, incentivámos e ajudámos pessoas de Torres Vedras para a criação da sua própria associação. Por último, Sintra – Foram os dadores de Sintra que se deslocaram às nossas colheitas e nos interpelaram sobre o que era necessário fazer para que fossem realizadas colheitas nas suas freguesias, manifestando a sua disponibilidade. Pusemos ao dispor todo o nosso apoio e realizámos uma reunião para troca de experiências. Inicialmente em Pêro Pinheiro, Sabugo, São João das Lampas e Terrugem, mais recentemente em Almargem do Bispo, Montelavar e em dois mil e treze já estão programadas colheitas para o Magoito, um novo núcleo a ser criado. Seminário Interactivo – Chegou o momento mais importante para a ADASSINTRA. No passado dia sete de Julho foi realizado um seminário destinado a formar promotores para a dádiva de sangue, promovido pela FAS Portugal, com o apoio do IPS. Os presentes manifestaram o desejo de criar uma associação de dadores de sangue em Sintra,

solicitando a ajuda da Associação de Mafra e da FAS Portugal. Confirmada a pretensão, foi dado início ao respectivo processo, cuja conclusão atinge o seu momento mais alto com a tomada de posse dos seus Órgãos Sociais, realizada no dia vinte e quatro de Novembro na Terrugem. Quanto à nossa caminhada, apenas temos procurado honrar os nossos compromissos, em apoiar a concretização do projecto do Oeste que visa conseguir mais de vinte mil dadores em toda a região. Acreditamos que, num futuro muito próximo, as Associações de Sintra, Torres Vedras e Mafra possam dar um forte contributo para que não falte sangue aos doentes internados nos hospitais da Grande Lisboa e tudo isto só será possível com os apoios do IPS e da FAS Portugal. Da nossa parte, estamos disponíveis para esse contributo. Temos também connosco uma agenda que iremos entregar à Senhora Presidente e pedíamos que fosse distribuída por todos os nossos autarcas. Felizmente, este ano conseguimos trazê-la com o calendário que nos foi negado fazer o ano passado. Permitam-me o parêntesis, mas os nossos dadores andaram no ano passado desorientados, não sabiam as datas, nem os locais das colheitas. O IPS impediu-nos e só nos aprovou, durante seis meses, colheitas mensalmente. Este ano, felizmente, fomos muito duros, muito violentos, mas conseguimos e temos a agenda, agenda essa que tem a ver com o nosso vigésimo aniversário e que iremos entregar, pedindo o favor de ser distribuída a todos como recordação. No dia vinte e seis de Maio, estão todos convidados para a comemoração do nosso vigésimo aniversário. O Artur Franco Henriques é Presidente da Assembleia Geral da Associação de Dadores de Sangue de Mafra, integrando ainda os Órgãos Sociais da FAS. Pedia à Senhora Presidente autorização para ele partilhar uma mensagem da Federação." O referido calendário é anexado a esta acta com a designação de "ANEXO CINCO". -----

-- Falou o Senhor Artur Franco Henriques, dizendo: "em nome da Federação das Associações de Dadores de Sangue (FAS) Portugal, quero dar os parabéns à Associação de Dadores de Sangue de Mafra, que é, neste momento, a maior associação de dadores de sangue do distrito de Lisboa e uma das maiores do país. A que é que se deve esta actividade? Não se deve só à direcção, mas aos Presidentes de Junta e aos autarcas deste Concelho. A Associação de Dadores de Sangue não é apenas trabalho dela própria, mas de toda a gente que connosco tem colaborado." -----

-- Foi solicitada à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

-- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a quinta sessão ordinária do ano de dois mil e doze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra às vinte e quatro horas do dia vinte e sete de Dezembro de dois mil e doze. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, e pela Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra.

Paulo Lopes do Lago

Cristina Lucília Gonçalves Loureiro



ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Recebemos no dia 3 de Dezembro do corrente ano, a informação de que estava disponível para consulta, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, o Orçamento da CMMafra para o ano de 2013, no site da Câmara.

Até aqui nada a contestar perante um direito que o referido Estatuto consagra.

Só que, a pronúncia sobre o documento em apreço, deveria ser efectuada até ao dia 4 do mesmo mês.

Consideramos e pensamos que todos consideram, que o Orçamento Camarário é um documento que envolve demasiada responsabilidade para ser apreciado com leveza.

Limitar a sua análise e apreciação a apenas um dia só pode significar que a oposição nesta Câmara é tomada pelo Executivo com leviandade ou o Executivo toma o Orçamento como um simples despacho administrativo, sendo qualquer dos casos digno da nossa reprovação.

Mafra, 27 de Dezembro de 2012

Os eleitos da C D U



SITUAÇÃO DA TRATOLIXO

É do conhecimento público a actual situação da Tratolixo.

A Banca, que esteve a financiar o Projecto, requereu a insolvência da Empresa.

As dívidas da Empresa são de montantes muito elevados.

Perante esta situação, colocamos a questão de saber qual a decisão que a Administração tomou ou vai tomar.

Como se irão saldar as dívidas existentes?

Porque é que o Projecto nunca terá passado da fase experimental ?

Quais as responsabilidades e quem tomou as decisões que levaram a esta situação ?

Será que os decisores vão responsabilizar os utentes pelas dívidas contraídas?

As tarifas praticadas pela Tratolixo, que os utentes já pagam, são as mais elevadas comparativamente aos restantes sistemas de gestão de resíduos.

Será que às desgraças que estão previstas para 2013, vamos acrescentar mais esta ?

Mafra, 27 de Dezembro de 2012

Os eleitos da C.D.U.



Extinção de Freguesias no País e em Mafra - Não nos damos por vencidos. Não vamos baixar os braços

O Governo, com a sua política de direita contra o 25 de Abril, prossegue a brutal ofensiva contra o Poder Local Democrático.

A Constituição da República Portuguesa determina que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, freguesias, municípios e regiões administrativas.

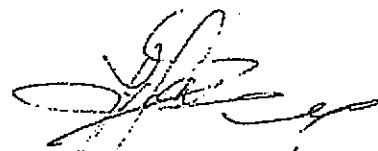
O Governo faz tábua rasa das Regiões e opta pela criação de entidades intermunicipais de âmbito territorial autárquico destituídas de competências e meios próprios, não cumprindo a Constituição que jurou defender. Pretende que, no caso de delegação de competências do Estado para os municípios, os órgãos deliberativos municipais não possam promover a denúncia desses contratos, enquanto o Governo mantém essa faculdade.

O Governo asfixiou financeiramente os municípios, impôs intoleráveis constrangimentos ao seu normal funcionamento e interferiu de forma grosseira com a sua autonomia. Com a chamada reforma territorial autárquica prepara-se para liquidar quase 1200 freguesias e pretende abrir caminho para o esvaziamento das competências dos municípios.

Todos estes ataques do Governo são um plano de liquidação da autonomia administrativa do poder local que dá a dimensão exacta do modelo que o governo ambiciona impor assente na transformação das autarquias em meras dependências da administração central, desprovidas de meios e competências, à maneira do antigamente. Um projecto que afrontando a Constituição da República Portuguesa sacrifica as populações e as suas condições de vida.

O processo de liquidação das freguesias significa o empobrecimento democrático, a destruição de emprego público e o enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura.

No caso de Mafra, como referiu a análise feita pela comissão desta Assembleia Municipal, ao contrário do «reforço da coesão» que cinicamente o Governo anuncia, os processos de aglomeração são adversos à coesão, como generalizadamente acontece em todo o país. Juntar territórios heterogéneos traduz-se em aumentar as desigualdades.



ANEXO TRÊS



Em vez de «ganhos de eficiência e de escala» como falsamente sustenta, o que acontecerá é menos proximidade e menos resposta directa aos problemas locais.

Em vez da enunciada «melhoria da prestação dos serviços públicos» proclamada pelos coveiros do poder local, o Governo promove o afastamento dos serviços, muitos deles distando muitos quilómetros da sede das novas freguesias e sem transportes públicos.

Esta Assembleia tem o dever de continuar a luta em defesa das freguesias e a mobilização popular contra a liquidação das que a Comissão Técnica propõe. Se a vontade política das nossas autarquias e eleitos for essa e, se mobilizarmos as populações, temos muitas forças para evitar a concretização do que o Governo pretende. Uma coisa são os projectos do Governo outra, bem diferente, é a sua concretização automática. Assim haja determinação para manter a vontade que esta Assembleia manifestou.

O governo está fragilizado. É flagrante o seu isolamento político, social e institucional. A ANAFRE e a grande maioria das freguesias do país continuam a lutar em defesa das suas populações. Isolamento também traduzido na rejeição pela grande maioria dos órgãos autárquicos – onde se incluem centenas de autarquias do PSD – do papel de coveiros das freguesias. Isolamento social expresso na corrente de indignação e revolta traduzido na luta que atravessa todo o país.

É inequívoca a total ilegitimidade da Comissão Técnica para se pronunciar em sentido contrário às deliberações das assembleias municipais.

Se esta Assembleia quiser ser digna da confiança que as populações nela depositaram, se se mantiver fiel à sua decisão de manter o actual mapa das freguesias, pode contar com a solidariedade de populações e autarquias do país, força bastante para derrotar este projecto e para defender as freguesias, o poder local e a democracia.

Mafra, 27 de Dezembro de 2012

Os eleitos da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

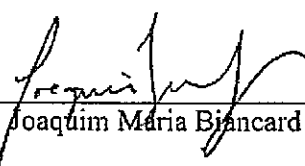
Ex.^{ma} Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra

Estimada Amiga Sra. Dra. Paula Cristina Silvério Raposo Borges,

No âmbito da eleição do representante designado pela Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Educação, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto, gostaríamos de informar V. Exa. que o candidato do Grupo Municipal PPD/PSD da Assembleia Municipal de Mafra, é o Sr. Luís Filipe de Almeida Cordeiro.

Sem outro assunto de momento,

Os meus melhores cumprimentos,


Joaquim Maria Biancard Cruz



Datas das colheitas

JANEIRO

- 6 Malveira - Salão Paroquial
- 13 Ericeira - Bombeiros Voluntários
- 20 Almargem do Bispo - "Os Bispinhos"
- 27 Sobral da Abelheira - Associação Desportiva

FEBREIRO

- 3 Venda do Pinheiro - Casa do Povo
- 10 Carvoeira - Colectividade
- 17 Enxara do Bispo - Colectividade
- 24 Milharado - Colectividade

MARÇO

- 3 Encarnação - Colectividade
- 3 Magoito - sede MTBA
- 10 Livramento - Salão Paroquial
- 17 Achada - Associação Desport e Recreativa
- 24 Igreja Nova - Centro Social • Terrugem - Junta de Freguesia

ABRIL

- 7 Santo Estevão da Galés - Centro Social
- 14 Sabugo - União Recreativa e Cultural
- 17 Escola EB 2,3 Ericeira
- 21 Cheleiros - Junta de Freguesia
- 28 Quintal - Sede Goncalvinhense

MAIO

- 5 Alcaínça - Atletico Clube de Alcaínça
- 9 Escola EB 2,3 Malveira
- 12 Vila Franca do Rosário - Sede da Banda Filarmónica
- 16 Escola EB 2,3 Venda Pinheiro
- 19 Gradil - Casa Povo
- 26 Aniversario da nossa Associação

JUNHO

- 2 São João das Lampas - Salão Paroquial
- 16 Mafra - Apercim
- Montevaral - Bombeiros Voluntários
- 22 Ribamar - Associação de Moradores
- 23 Santo Isidoro - Sede dos Escuteiros



Datas das colheitas

JULHO

- 7 Malveira - Salão Paroquial
- 14 Ericeira - Bombeiros Voluntários
- Almargem do Bispo - "Os Bispinhos"
- 21 Terrugem - Junta de Freguesia
- 28 Sobral da Abelheira - Associação Desportiva

AGOSTO

- 4 Venda do Pinheiro - Casa do Povo
- 10 Parque Campismo Ericeira
- 11 Carvoeira - Colectividade
- 18 Enxara do Bispo - Colectividade
- 25 Milharado - Colectividade

SETEMBRO

- 1 Encarnação - Colectividade • Magoito - Sede MTBA
- 8 Livramento - Salão Paroquial
- 15 Sobreiro - Liga dos Amigos
- 22 Igreja Nova - Centro Social
- 29 Santo Estevão da Galés - Centro Social

OUTUBRO

- 13 Sabugo - União Recreativa e Cultural
- 16 Escola EB 2,3 Ericeira
- 20 Carvalhal - Sede da Associação
- 25 Esc. Secund. José Saramago Mafra
- 27 Quintal - Sede Goncalvinhense

NOVEMBRO

- 3 Alcaínça - Atletico Clube de Alcaínça
- 8 Escola EB 2,3 Malveira
- 10 Vila Franca do Rosário - Sede da Banda Filarmónica
- 14 Escola EB 2.3 Venda Pinheiro
- 17 Gradil - Casa Povo
- 24 Terrugem - Junta de Freguesia

DEZEMBRO

- 1 São João das Lampas - Salão Paroquial
- 15 Mafra - Apercim
- Montevaral - Bombeiros Voluntários
- 21 Ribamar - Associação de Moradores
- 22 Santo Isidoro - Sede dos Escuteiros